



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

50ª (QUINQUAGÉSIMA) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE SIMPLES DE FORMA LIMITADA “SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.”

CNPJ/MF n.º 50.861.616/0001-25

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir designadas e qualificadas, a saber,

JOSÉ CARLOS TEANI BARBOSA, brasileiro, casado, engenheiro civil e administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o n.º 653.825.288-53, portador da cédula de identidade n.º 3.493.169-7, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Waldomiro Silveira, n.º 17, apartamento 71, Vila Rica, na cidade de Santos, Estado de São Paulo (“José Carlos”); e

FLÁVIO DEZORZI, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o n.º 527.363.508-04, portador da cédula de identidade n.º 4.829.751-3, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Bahia, n.º 527, apartamento 71, Higienópolis, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Flávio Dezorzi”);

sócios representando a totalidade do capital social de **SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.**, sociedade simples sob a forma de sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.861.616/0001-25, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.º 2.546, 14.º, 15.º e 16.º andar, Consolação, CEP 01228-200, com seu Contrato Social registrado perante o 4.º Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, sob o n.º 273.513, em 25 de novembro de 1993 (“Sociedade”), e ainda, ingressando na Sociedade,

BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA., sociedade empresária limitada organizada e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Joaquim Palhares n.º 40, Edifício Torre Sul, 7.º andar (parte), Cidade Nova, CEP 202060-080, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.177.148/0001-55, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE n.º 33.2.0726883-2 (“Bureau Veritas”), neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. **Eduardo Gomes Camargo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 86-1-00067-7, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º



Página extraída fora desta...



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

883.220.927-68, residente e domiciliado na Rua Carlos Góis n.º 90, apto. 601, Leblon, CEP 22440-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e

BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA., sociedade limitada, de natureza empresarial, com sede na Rua Joaquim Palhares, n.º 40, Edifício Torre Sul, 7º andar (parte), Cidade Nova, CEP 202060-080, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 72.368.012/0001-84, com seu contrato social arquivado na JUCERJ sob o NIRE n.º 33.2.0764186-0 ("**BVQI**"), neste ato representada por seu administrador, Sr. **Sandro de Luca Jorge**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 07761589-6, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.925.187-62, residente e domiciliado na Rua Uruguai n.º 527, apto. 101, Tijuca, CEP 20510-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;

têm entre si justo e contratado alterar o Contrato Social da Sociedade mediante os seguintes termos e condições:

I. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

1.1. Neste ato e na melhor forma de direito, o sócio José Carlos, acima qualificado, legítimo proprietário e detentor de 10.033.593 (dez milhões, trinta e três mil, quinhentas e noventa e três) quotas representativas do capital social da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas, parte em moeda corrente nacional, parte em bens, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, no valor nominal total de R\$10.033.593,00 (dez milhões, trinta e três mil, quinhentas e noventa e três reais), retirando-se da Sociedade, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, de maneira irrevogável e irretroatável, por cessão onerosa, (i) 9.531.913 (nove milhões, quinhentas e trinta e uma mil, novecentas e treze) quotas de sua propriedade, com tudo o que elas representam, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer dívidas, ônus ou gravames de qualquer natureza, para Bureau Veritas, acima qualificada, que ora ingressa na Sociedade; e (ii) 501.680 (quinhentas e uma mil, seiscentas e oitenta) quotas de sua propriedade, com tudo o que elas representam, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer dívidas, ônus ou gravames de qualquer natureza, para BVQI, acima qualificada, que ora ingressa na Sociedade, tudo com o consentimento expresso, irrevogável e irretroatável do sócio Flávio Dezorzi, que neste ato renuncia ao direito de preferência a que faz jus para a aquisição das referidas quotas.

1.2. Neste ato e na melhor forma de direito, o sócio Flávio Dezorzi, acima qualificado, legítimo proprietário e detentor de 4.325.386 (quatro milhões, trezentas e vinte e cinco mil,





CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

trezentas e oitenta e seis) quotas representativas do capital social da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas, parte em moeda corrente nacional, parte em bens, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, no valor nominal total de R\$4.325.386,00 (quatro milhões, trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais), retirando-se da Sociedade, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, de maneira irrevogável e irretroatável, por cessão onerosa, (i) 4.109.116 (quatro milhões, cento e nove mil, cento e dezesseis) quotas de sua propriedade, com tudo o que elas representam, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer dívidas, ônus ou gravames de qualquer natureza, para a sócia ingressante Bureau Veritas, acima qualificada; e (ii) 216.270 (duzentas e dezesseis mil, duzentas e setenta) quotas de sua propriedade, com tudo o que elas representam, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer dívidas, ônus ou gravames de qualquer natureza, para a sócia ingressante BVQI, acima qualificada, tudo com o consentimento, expresso, irrevogável e irretroatável do sócio José Carlos, que neste ato renuncia ao direito de preferência a que faz jus para a aquisição das referidas quotas.

1.3. Tendo em vista a cessão e transferência de quotas ora realizada, resolvem as sócias ingressantes alterar a Cláusula 6ª do Contrato Social da Sociedade, a qual passa a ser a Cláusula 3ª, devendo vigorar com a seguinte nova redação:

“CLÁUSULA 3ª – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Sociedade é de R\$14.358.979,00 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais), dividido em 14.358.979 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, parte em bens, parte em moeda corrente nacional, as quais se encontram distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor Nominal
Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora Ltda.	13.641.029	R\$13.641.029,00
BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.	717.950	R\$717.950,00
Total	14.358.979	R\$14.358.979,00

Parágrafo 1º – *A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.*



Cópia extraída for...



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Parágrafo 2º - Cada quota conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das sócias.

Parágrafo 3º - As quotas subscritas nos aumentos de capital poderão ser realizadas em moeda corrente no País ou em qualquer espécie de bem suscetível de avaliação em dinheiro, dentro do prazo deliberado pelas sócias."

II. RENÚNCIA E ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES

2.1. Diante da cessão e transferência de quotas ora deliberada, os Srs. José Carlos e Flávio Dezorzi, acima qualificados, apresentaram cartas de renúncia aos respectivos cargos de administradores da Sociedade, as quais foram recebidas, apreciadas e aceitas pelas sócias ingressantes Bureau Veritas e BVQI, acima qualificadas. A Sociedade confere, neste ato, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação com relação aos serviços prestados pelos administradores à Sociedade, para mais nada reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação a tais serviços, exceto em caso de fraude ou dolo. Ademais, para que não haja dúvidas, a presente quitação não abrange qualquer responsabilidade assumida pelos Srs. José Carlos e Flávio Dezorzi, na qualidade de vendedores das quotas da Sociedade, no âmbito do respectivo contrato de compra e venda de quotas.

2.2. Tendo em vista a renúncia dos Srs. José Carlos e Flávio Dezorzi ao cargo de administradores da Sociedade, as sócias ingressantes resolvem, por unanimidade de votos, eleger (i) o Sr. **Eduardo Gomes Camargo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 86-1-00067-7, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 883.220.927-68, residente e domiciliado na Rua Carlos Góis n.º 90, apto. 601, Leblon, CEP 22440-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor Geral, (ii) o Sr. **Sandro de Luca Jorge**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 07761589-6, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.925.187-62, residente e domiciliado na Rua Uruguai n.º 527, apto. 101, Tijuca, CEP 20510-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor, e (iii) o Sr. **Sidney Campos da Silva Junior**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade 11152292-6, inscrito no CREA sob n.º 182423 (CREA Nacional 200802381- 8) e no CPF/MF sob o n.º 076088067-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Ibirapuera, 2534, Conjunto 1801, Moema, o qual poderá utilizar o título de Diretor.





CAU / SP
 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo de São Paulo

REGISTRO DE
 PESSOAS JURÍDICAS
 -8DEZ 634148
 PROTOCOLO REGISTREME





CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

2.3. Os administradores ora eleitos neste ato declaram, para todos os fins de direito, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial ou por condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou, ainda, por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, § 1.º do Código Civil.

2.4. Tendo em vista as deliberações contidas nos itens 2.1. e 2.2. acima, bem como outras alterações a serem implementadas com relação à administração da Sociedade, as sócias resolvem, por unanimidade de votos, alterar a Cláusula 8ª do Contrato Social que passa a ser a Cláusula 5ª, bem como revogar as Cláusulas 9ª e 10ª do Contrato Social, promovendo-se a renumeração das demais cláusulas do Contrato Social, passando a referida Cláusula 8ª (nova Cláusula 5ª) a vigorar com a seguinte nova redação:

“CLÁUSULA 5ª - ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade caberá a um ou mais Administrador(es), com a denominação que lhe(s) for atribuída na designação, o(s) qual(is) deverá(ão) ser pessoa(s) natural(is), sócia(s)-quotista(s) ou não, residente(s) e domiciliado(s) no Brasil. O(s) administradores deverá(ão) ser designado(s) pelas sócias neste Contrato Social.

***Parágrafo 1º** - A administração da Sociedade, em geral, compreendendo a movimentação bancária e o uso do nome empresarial, caberá, em conjunto ou isoladamente, aos Srs. **Eduardo Gomes Camargo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 86-1-00067-7, expedida pelo CREA-RJ inscrito no CPF/MF sob o n.º 883.220.927-68, residente e domiciliado na Rua Carlos Góis n.º 90, apto. 601, Leblon, CEP 22440-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor Geral, **Sandro de Luca Jorge**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 07761589-6, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.925.187-62, residente e domiciliado na Rua Uruguai nº 527, apto. 101, Tijuca, CEP 20510-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor, e **Sidney Campos da Silva Junior**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade 11152292-6, inscrito no CREA sob nº 182423 (CREA Nacional 200802381- 8) e no CPF/MF sob o n.º 076088067-02, residente e*





CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

REGISTRO
PESSOAS JURIDICAS
- 8 DEZ 2018 634148
PROTÓCOLO - MICROFILME



10344ET17950
AUTENTICADO
23060
08 DEZ 2018
CAU/SP
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Ibirapuera, 2534, Conjunto 1801, Moema, o qual poderá utilizar o título de Diretor.

***Parágrafo 2º** - Fica vedada a prática de atos em atividades estranhas ao interesse social ou a assunção de obrigações, seja em favor de sócias ou de terceiros, bem como a oneração ou alienação de bens imóveis da Sociedade, sem a autorização das sócias.*

***Parágrafo 3º** - A nomeação de procuradores dependerá da assinatura de 01 (um) Administrador, sendo que os respectivos instrumentos de mandato deverão indicar expressamente os poderes conferidos e não poderão exceder o período de 12 (doze) meses, exceto se expressamente autorizado pelas sócias.*

***Parágrafo 4º** - Os Administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore em valor a ser fixado de comum acordo entre as sócias.*

III. REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Por fim, decidem as sócias, por unanimidade e sem reservas, reformular e consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“CONTRATO SOCIAL DA SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.

CLÁUSULA 1ª – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

A sociedade limitada, de natureza simples, girará sob a denominação de **SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.**, e terá sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.º 2.546, 14º, 15º e 16º andar, Consolação, CEP 01228-200; e filiais nas seguintes localidades:

- (i) Filial localizada na Av. Carlota Joaquina, n.º 180, 2º andar, Sala 15, Parque 10 de Novembro, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69.055-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.861.616/0009-82, a qual tem o mesmo objeto da Matriz da Sociedade e capital destacado de R\$10.000,00 (dez mil reais);





CAU / SF
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

- (ii) Filial localizada na Rua Princesa Isabel, n.º 373, 1º andar, Sala 13, Zona 4, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 69900-090, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.861.616/0010-16, a qual tem o mesmo objeto da Matriz da Sociedade e capital destacado de R\$10.000,00 (dez mil reais); e
- (iii) Filial localizada na Rua Floriano Peixoto, n.º 1.135, Centro, na Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, CEP 87014-090, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.861.616/0011-05, a qual tem o mesmo objeto da Matriz da Sociedade e capital destacado de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo Único - A Sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e fechar filiais, escritórios, agências ou outras dependências, no Brasil ou no exterior, mediante alteração ao Contrato Social, observadas as disposições previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA 2ª – OBJETO SOCIAL

O objeto da Sociedade, que é simples na forma limitada, tem por objeto e fim, sempre através da responsabilidade de suas sócias e de profissionais especializados em cada modalidade específica, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA ou outros conselhos do seu respectivo Estado, a prestação de serviços profissionais de projetos, planos diretores, estudos de viabilidade técnico-econômicos, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras, controle tecnológico de materiais e serviços, serviços de topografia e agrimensura, geotécnica, verificação e monitoramento técnico e remoto para controle de obras de engenharia, estruturas, construções, edificações, obras de arte, obras de hidráulica, mecânica de solos, geologia, minas e demais atividades pertinentes à consultoria, no país e no exterior, no campo da engenharia consultiva em geral nas seguintes áreas: Edificações: Habitacionais, Comerciais, Educacionais, Saúde, Esportivas, Lazer, Culturais, Plantas Industriais, Públicas e Privadas em geral e outros; Hidráulica, Saneamento e Meio Ambiente; Transporte Rodoviário, Metro-Ferrovário, Fluvial, Marítimo, Portos, Aeroportos, Sistema Viário Urbano, Pontes e Viadutos; Eletrônica, Telecomunicações, Automação e Controle; Hidroelétricas, Termoelétrica, Barragens, Irrigação e Drenagem, Canalizações, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, Engenharia consultiva na implantação de empreendimentos de Etanol, Petróleo e Gás; Unidades Industriais em geral; Alcodutos, Gasodutos, atuando nas especialidades da Engenharia Civil; Engenharia Elétrica, Engenharia Naval, Engenharia Mecânica, Engenharia de Solos, Geologia, Geotécnica e Mecânica de Solos; Serviços de Avaliação; Arquitetura e Urbanismo; Serviços de



Cópia extraída para fins de...
[Handwritten signatures and marks]



CAU / SF
 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo de São Paulo

4º REGISTRO
 PESSOAS JURÍDICAS
 -8 DEZ 2014 634148
 PROTOCO MICROFILME



7º Registro Civil
 Bat. 2
 Autenticidade
 10 DEZ 2014
 10344 ET 7965
 AUTENTICACAO
 10344 ET 7965



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Administração; Serviços de regularização de empreendimentos, sempre através da responsabilidade de profissionais legalmente registrados nos respectivos Conselhos e Entidades legalmente constituídas; Locação de: veículos próprios, equipamentos em geral e de instrumentação para engenharia, hardware e software; Licenciamento de programas de computação e/ou cessão de direito de uso de programas de computação.

Parágrafo Único – Para a consecução do seu objeto social, a Sociedade se obriga a manter, sempre, como responsáveis e encarregados técnicos pelos serviços de engenharia, nas diversas especialidades, profissionais diplomados, legalmente habilitados e devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA, os quais agirão, sempre com plena autonomia profissional. A Sociedade também se obriga a observar e cumprir todas as disposições legais e demais preceitos atinentes, emanados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, necessária ao seu funcionamento legal.

CLÁUSULA 3ª – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Sociedade é de R\$14.358.979,00 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais), dividido em 14.358.979 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentas e setenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, parte em bens, parte em moeda corrente nacional, as quais se encontram distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

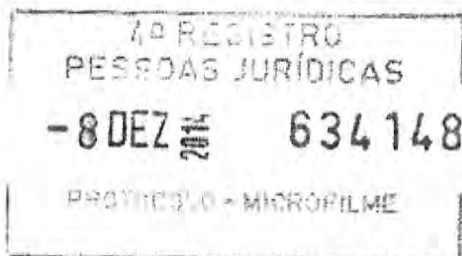
Sócio	Quotas	Valor Nominal
Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora Ltda.	13.641.029	R\$13.641.029,00
BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.	717.950	R\$717.950,00
Total	14.358.979	R\$14.358.979,00



Parágrafo 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo 2º - Cada quota conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das sócias.

Cópia extraída pela Bureau Veritas
[Handwritten signatures and stamps]



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Parágrafo 3º - As quotas subscritas nos aumentos de capital poderão ser realizadas em moeda corrente no País ou em qualquer espécie de bem suscetível de avaliação em dinheiro, dentro do prazo deliberado pelas sócias.

CLÁUSULA 4ª - DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA 5ª - ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade caberá a um ou mais Administrador(es), com a denominação que lhe(s) for atribuída na designação, o(s) qual(is) deverá(ão) ser pessoa(s) natural(is), sócia(s)-quotista(s) ou não, residente(s) e domiciliado(s) no Brasil. O(s) administradores deverá(ão) ser designado(s) pelas sócias neste Contrato Social.

Parágrafo 1º - A administração da Sociedade, em geral, compreendendo a movimentação bancária e o uso do nome empresarial, caberá, em conjunto ou isoladamente, aos Srs. **Eduardo Gomes Camargo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 86-1-00067-7, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 883.220.927-68, residente e domiciliado na Rua Carlos Góis nº 90, apto. 601, Leblon, CEP 22440-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor Geral, **Sandro de Luca Jorge**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 07761589-6, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.925.187-62, residente e domiciliado na Rua Uruguai nº 527, apto. 101, Tijuca, CEP 20510-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o qual poderá utilizar o título de Diretor, e **Sidney Campos da Silva Junior**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade 11152292-6, inscrito no CREA sob nº 182423 (CREA Nacional 200802381 - 8) e no CPF/MF sob o nº 076088067-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Ibirapuera, 2534, Conjunto 1801, Moema, o qual poderá utilizar o título de Diretor.



Parágrafo 2º - Fica vedada a prática de atos em atividades estranhas ao interesse social ou a assunção de obrigações, seja em favor de sócias ou de terceiros, bem como a oneração ou alienação de bens imóveis da Sociedade, sem a autorização das sócias.

Parágrafo 3º - A nomeação de procuradores dependerá da assinatura de 01 (um) Administrador, sendo que os respectivos instrumentos de mandato deverão indicar



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

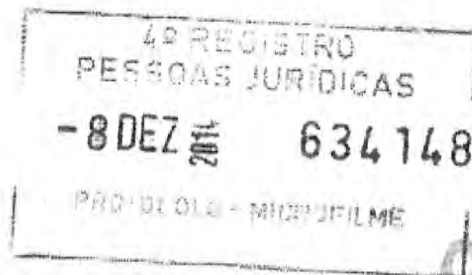
40 REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

-8 DEZ 63 634.148

PROTÓTIPO - MICROFILME



70 Registro de Imóveis
Estado de São Paulo
Com. Metrô e Aut. Imobiliária
Autenticação
10344E1799
MODELO



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

expressamente os poderes conferidos e não poderão exceder o período de 12 (doze) meses, exceto se expressamente autorizado pelas sócias.

Parágrafo 4º - Os Administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore em valor a ser fixado de comum acordo entre as sócias.

CLÁUSULA 6ª – REUNIÃO DE SÓCIOS

As deliberações das sócias, quando exigidas em virtude da lei ou por este Contrato Social deverão ser tomadas em reunião, as quais deverão ser convocadas por escrito, por qualquer sócia, ou pelo(s) administrador(es), sendo de sua competência exclusiva deliberar sobre:

- (a) a aprovação das contas da administração;
- (b) a fixação de remuneração do(s) Administrador (es);
- (c) a modificação do Contrato Social;
- (d) a incorporação, fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- (e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- (f) o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade;
- (g) a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade, compreendendo o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e a destinação do lucro líquido do exercício, inclusive quanto à distribuição, aos sócias, do lucro líquido ajustado em razão das reservas de lucros que forem constituídas;
- (h) a abertura e fechamento de filiais;
- (i) a constituição de subsidiárias;
- (j) a aquisição de participação societária em sociedade de qualquer natureza, existente ou a ser constituída, inclusive a assinatura de contratos de



Cópia extraída para fins de...



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

- confidencialidade e quaisquer outros contratos ou obrigações relacionadas a tais operações;
- (k) a celebração de instrumentos de cooperação com outras sociedades não ligadas ao Grupo Bureau Veritas, como contratos de cooperação e de parceria operacionais;
 - (l) a contratação, promoção, demissão, revisão salarial e concessão de bônus a empregados que se reportem diretamente ao Diretor Geral da Sociedade;
 - (m) a venda de bens do ativo, com exceção daqueles classificados como “móveis e equipamentos” cujos valores contábeis sejam inferiores a US\$20.000,00 (vinte mil dólares norte-americanos) ou seu correspondente em moeda corrente nacional;
 - (n) a venda ou hipoteca de bens imóveis;
 - (o) a abertura e encerramento de contas-corrente bancárias;
 - (p) quaisquer pedidos de empréstimo e crédito;
 - (q) a realização ou recebimento de depósito em garantia, bem em penhor ou outra garantia, inclusive garantias bancárias e garantias relativas a vendas e clientes, de valor superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) ou o equivalente em moeda corrente nacional;
 - (r) a realização ou recebimento de depósito em garantia, bem em penhor ou outra garantia, inclusive garantias bancárias, em favor de autoridades fiscais ou alfandegárias, cujos valores excedam US\$76.224,00 (setenta e seis mil, duzentos e vinte e quatro dólares norte-americanos) ou o equivalente em moeda corrente nacional;
 - (s) a celebração de contratos de leasing por prazo superior a 1 (um) ano; e
 - (t) manifestar-se, previamente, sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou referentes a períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros



CAU / SF
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

PESSOAS JURÍDICAS

- 80EZ 634148

PROCESSO - MICROFILME



[Handwritten signature in blue ink]

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
- 8 DEZ 2015 634148

PROCELO - MICROFILME



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

existentes no último balanço anual ou semestral da Sociedade.

Parágrafo 1º - As reuniões das sócias instalar-se-ão, em qualquer convocação, com a presença de sócias titulares da maioria do capital social. Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Contrato Social, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º - As sócias desde já estipulam que:

- (a) a matéria prevista na letra (h) desta Cláusula requer aprovação de sócias representantes de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade; e
- (b) as matérias relacionadas nas letras (i) até (t), desta Cláusula, necessitam de aprovação de sócias representantes da maioria do capital social da Sociedade.

Parágrafo 3º - As sócias poderão ser representadas nas reuniões por procurador que seja sócia, administrador da Sociedade ou advogado, mediante instrumento de mandato, o qual poderá outorgar poderes de representação para a tomada de quaisquer deliberações e a prática de quaisquer atos, em todas as reuniões de sócias e nas alterações contratuais decorrentes, quando for o caso, ou outorgar poderes de representação específicos para a tomada de deliberações e a prática de atos certos e determinados, ficando tais condições e o prazo do mandato a critério do outorgante.

Parágrafo 4º - A reunião será presidida e secretariada por qualquer das sócias escolhida dentre os presentes. As deliberações tomadas em reunião de sócias serão registradas em ata, assinada pelas sócias presentes ou por seus representantes, sendo suficiente a sua assinatura por quantas bastem para constituir o quórum necessário à validade das deliberações, dispensada a sua lavratura em livro de atas.

Parágrafo 5º - A reunião tornar-se-á dispensável quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

CLÁUSULA 7ª – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A sócia que desejar ceder ou transferir suas quotas não poderá fazê-lo sem a prévia e expressa aprovação das demais sócias, as quais terão o direito de preferência para adquirir,



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page.



CAU / SF
 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo de São Paulo

7º REGISTRO
 PESSOAS JURÍDICAS
 -8 DEZ 2012 634148
 PROTOCOLO - MICROFILME



7º Registro C...

Valor Acebitado R\$

Autenticação 1034AE177978

Imagem C.V. de São Paulo

Imagem de microfilme



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

no todo ou em parte, as referidas quotas e, ainda, indicar terceiro ou terceiros para adquirir o total ou parte das mesmas.

CLÁUSULA 8ª - DISSOLUÇÃO DE SÓCIA

Em caso de dissolução de uma das sócias, será procedido um balanço dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data do evento, sendo pagos ao haveres dos respectivos sucessores, se os mesmos não desejarem continuar na Sociedade, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, em prestações mensais, iguais e sucessivas.

CLÁUSULA 9ª - EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Na hipótese de sócias representativas da maioria do capital social entenderem que uma ou mais sócias estão pondo em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade, as mesmas poderão excluí-la(s) da Sociedade, mediante deliberação em reunião especialmente convocada para esse fim, observado o quórum, e desde que se dê ciência ao(s) acusado(s) de referida reunião, de modo a permitir que compareça(m) à mesma e exerça(m) seu direito de defesa, sem que tal exclusão implique na dissolução ou liquidação da Sociedade, que continuará com a sócia remanescente e terceiro(s) por ele indicado(s), apurado com base no último balanço geral da Sociedade.

CLÁUSULA 10 - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando deverão ser elaboradas as demonstrações financeiras da Sociedade, compreendendo o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico.

Parágrafo 1º - O julgamento das demonstrações financeiras de que trata o *caput* desta Cláusula e a deliberação acerca da destinação do lucro líquido do exercício, inclusive quanto à sua participação no lucro líquido ajustado em razão das reservas de lucros que forem constituídas, realizar-se-á nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, sendo certo que os documentos referidos no *caput* deverão ser disponibilizados às sócias que não exercem a administração da Sociedade, no mínimo 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião em que tais documentos serão julgados.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá, a critério das sócias, levantar demonstrações financeiras semestrais ou referentes a períodos menores.





CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

834148

834148

REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS

-8 DEZ 2012 634148

PROTÓTIPO - MICROFILME



Handwritten signature in blue ink.

Autenticação 10344E1792

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Autenticação Oficial

Valor

Em Receptivo

10344E1792

Autenticação

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Autenticação Oficial

Valor

Em Receptivo



Parágrafo 3º - Poderá o Administrador, mediante prévia manifestação das sócias, nos termos da letra (t) da Cláusula Sexta acima, distribuir dividendos intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou referentes a períodos menores, bem como à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual semestral da Sociedade.

Parágrafo 4º - Salvo deliberação em contrário, as sócias participarão dos lucros ou perdas apurados na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA 11 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

A Sociedade regular-se-á pelo presente Contrato Social e legislação aplicável.

Parágrafo Único - As sócias elegem o foro da Comarca de São Paulo para dirimir todas e quaisquer questões relacionadas ao presente Contrato Social, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 12 – DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

Os Administradores, nomeados nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste Contrato Social, declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos de exercer a administração da Sociedade por força da lei especial, que não estão condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade”

E, por estarem assim justos e contratados, as Partes assinam a presente 50ª Alteração e Consolidação do Contrato Social de Sistema Pri Engenharia Ltda. em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de julho de 2014.

(continuação das assinaturas na próxima página)



10.11.2018
FIDELIDADE

4º REGISTRO
PESSOAS JURÍDICAS
-8 DEZ 634148
PROCOLO MICROFILME



CAU / SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

(continuação das assinaturas)

Sócios Retirantes e Administradores Renunciantes:

7º Reg. Civil
Consolação

JOSE CARLOS TEANI BARBOSA

7º Reg. Civil
Consolação

FLAVIO DEZORZI

J.P. 109
TABELIÃO

**BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E
CERTIFICADORA LTDA.**

Por: Eduardo Gomes Camargo
Cargo: Diretor Geral

BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA.

Por: Sandro de Luca Jorge
Cargo: Administrador

Administradores Eleitos:

7º Reg. Civil
Consolação

Eduardo Gomes Camargo
Diretor Geral

Sandro de Luca Jorge
Diretor

Sidney Campos da Silva Junior
Diretor



Testemunhas:

1.

Nome: **Maria Tadeu Vicentin**
RG: **8.539.507-9-558/SP**
CPF/MF: **996.622.998-15**

2.

Nome: **Eduardo Nogueira Bello**
RG: **867.200.559-DR**
CPF/MF: **857.530.107-59**

entregada fora desta Secretaria

Cancillería
 Ministerio de Relaciones Exteriores
 República de Colombia



CONSULADO GENERAL DE COLOMBIA
 SAO PAULO - BRASIL
 AUTENTICACIÓN DE FIRMA
 El (La) Cónsul de Colombia
 CERTIFICA

Que MONICA MARINHO DE ALBUQUERQUE, quien firma y otorga al presente documento, ejercita legalmente a la fecha ahí expresada el cargo de OFICIAL DE CANCELLERIA, y que la firma y sello en el documento aparecen como suyos, son los que usa y acostumbra en todos sus actos.

El Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia, no asume responsabilidad por el contenido del documento.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE COLOMBIA
 ANA MARIA CRISTANCHO ROCHA
 VICECONSUL
 Firmado Digitalmente

Derechos BRL 81,00
 FONDO ROTATORIO BRL 48,00
 TIMBRE BRL 33,00
 Fecha de Expedición: 10 marzo 2015

Impresión No.: 1

La autenticidad de este documento puede ser verificada en:
<http://verificacion.cancilleria.gov.co>
 Código de Verificación: AFPDK81154484

Calle 10 No 5 – 51 Palacio de San Carlos
 Dirección correspondencia Carrera 5 No 9 – 03 Edificio Marco Fidel Suárez
 PBX 3814000 – Fax 3814747
www.cancilleria.gov.co – contactenos@cancilleria.gov.co
 Bogotá D.C., Colombia Sur América



e taxas
 lhdos
 erba



CAU / S
 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo de São Paulo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior
 Setor de Legalizações e Rede Consular Estrangeira - S.R.C.
 Cópia autenticada em serviço notarial/de registro.
 03 MAR 2015

- Liana Lustosa Leal Musy - Conselheira
- Mônica Marinho de Albuquerque - Oficial de Chancelaria
- Andrea Prado Disloski - Oficial de Chancelaria
- Paulo Marcos Manella Cordeiro - Oficial de Chancelaria
- Marilda de Andrade Figueira - Assistente de Chancelaria

-8 DEZ 2014-
 634 148
 27308-
 MICROFILME
 MICROFILME 0100000116



SP 022415

Conselho Regional de
 Administração de São Paulo
 Atendimento ao Cliente

15-10-2014

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO 3º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
 Av. Padre Antônio José dos Santos, 1568 - 1572 - CEP 04563-004 - Brooklin - São Paulo - SP - Tel: (11) 4506-3030
 REGISTRADOR E TABELIÃO DINAMARCO

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) SANDRO DE LUCA JORGE, em documento
 com valor econômico, dou fé.
 São Paulo, 14 de outubro de 2014.
 Em Teste da Verdade. Cód. [1904840512062801136519-1708]

CRISTIANO GUERREIRO CARDOSO - ESCRIVENTE (Utd 2: Total R\$ 13,60)
 Selo(s): 1 Ato AC-059591/AC-059592

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE EM EMENDAS E/OU RASURAS*



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 15.141.653/0001-68
 Robson de Alvarenga - Oficial de Registro
 R\$ 2.340,01 Protocolado e prenotado sob o n. 317.374 em
 R\$ 665,06 13/11/2014 e registrado, hoje, em microfilme
 R\$ 492,63 sob o n. 634.148, em pessoa jurídica.
 R\$ 123,16 Averbado à margem do registro n. 273513/93
 R\$ 123,16 São Paulo, 08 de dezembro de 2014

R\$ 3.744,02

Ivanildo Jose da Rocha
 Escrivente

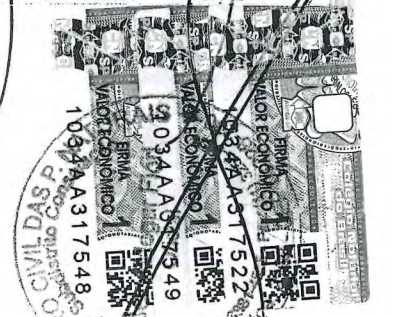
Face ao provimento nº 18/01, fica
 anotado a inserção prévia da
 interessada a título preparatório e
 válida por 90 (noventa) dias.

04 DEZ 2014
 Juliana Pereira da Silva Altheman
 Agente Administrativo
 CREA-SP

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 7º SUBDISTRITO CONSOLAÇÃO Bel. Aldegar Fiori
 AV. ANGÉLICA, 2148 - CEP 01228-200 - SÃO PAULO/SP - FONE: (11) 325-5501/3881-4555
 Reconheço por semelhança as firmas de: (1) JOSE
 CARLOS TEANI BARBOSA, (1) FLAVIO DEZORZI e (1) SIDNEY
 CAMPOS DA SILVA JUNIOR, em documento com valor
 econômico, dou fé.
 São Paulo, 14 de outubro de 2014.
 Em Teste da Verdade.

Cód. [2020937/1054550/027/021]
 Válido somente com selo de autenticidade - R\$ 20,40

Wanderson Machado Pereira
 Escrevente Designado



10º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SÃO PAULO
 Bº Juraci Pedrossi - Tabelião
 Av. Jabaquara, 221 - CEP 04563-306 - Fax: (11) 4045-000 - Cep: 04045-000
 Reconheço por semelhança as firmas de:
 EDUARDO GOMES CAMARGO
 São Paulo, 14 de Outubro de 2014. Em Teste da Verdade.
 070-CLAUDIA INACIO DE SOUZA - ESCRIVENTE
 VALOR POR ASSINATURA R\$6,80
 Selo: AA840401



JESSICA CHRISTINA CORREA DA SILVA HELD
Traductor oficial – Tradutor juramentado

Español-Portugués
Português-Espanhol

Traducción oficial de un documento que me fue presentado en lengua portuguesa, trabajo realizado en función de mi cargo de traductor oficial en esta ciudad de Bogotá.

Contenido del documento:

**50ª (QUINCUAGÉSIMA) ALTERACIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEL CONTRATO SOCIAL DE LA
SOCIEDAD SIMPLE DE FORMA LIMITADA “SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.”**


CNPJ/MF[CATASTRO NACIONAL DE LA PERSONA JURÍDICA/MINISTERIO DE HACIENDA DE
BRASIL] nº 50.861.616/0001-25

Por el presente instrumento particular y en la mejor forma de derecho, las partes a seguir asignadas y cualificadas, a saber,

JOSÉ CARLOS TEANI BARBOSA, brasileño, casado, ingeniero civil y administrador de empresas, inscrito en el CPF/MF[CATASTRO DE LA PERSONA FÍSICA/MINISTERIO DE HACIENDA DE BRASIL] bajo el nº 653.825.288 -53, titular de la cédula de identidad nº 3.493.169-7, expedida por la SSP/SP[SECRETARÍA DE SEGURIDAD PÚBLICA/DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO], residente y domiciliado en la Rua[CALLE] Waldomiro Silveira nº 17, apartamento 71, Vila Rica, en la ciudad de Santos, Departamento de São Paulo (“José Carlos”); y

FLÁVIO DEZORZI, brasileño, casado, ingeniero civil, inscrito en el CPF/MF bajo el nº 527.363.508-04, titular de la cédula de identidad nº 4.829.751-3, expedida por la SSP/SP, residente y domiciliado en la Rua Bahia nº 527, apartamento 71, Higienópolis, en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São Paulo (“Fávio Dezorzi”);

socios representando la totalidad del capital social de **SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.**, sociedad simple bajo la forma de sociedad limitada, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 50.861.616/0001-25, con sede en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São Paulo, en la Avenida Angélica nº 2546, 14º, 15º y 16º pisos, Consolação, CEP[CÓDIGO DIRECCIÓN POSTAL] 01228-200, con su Contrato Social registrado ante la Notaría 4 de Registro de Personas


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Espanhol-Português / Português-Espanhol
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

Jurídicas de la Comarca de São Paulo, bajo el nº 273.513, el 25 de noviembre de 1993 (“Sociedad”), y aún, ingresando a la Sociedad,


BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA., sociedad empresaria limitada organizada y existente de acuerdo con las leyes de la República Federativa de Brasil, con sede en la Rua Joaquim Palhares nº 40, Edificio Torre Sul, 7º piso (parte), Cidade Nova, CEP 202060[SIC]-080, en la Ciudad y Departamento De Rio de Janeiro, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 33.177.148/0001-55, con su contrato social archivado en la Junta Comercial[REGISTRO MERCANTIL] del Departamento de Rio de Janeiro (“JUCERJA”) bajo el NIRE[NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN DEL REGISTRO DE EMPRESAS] nº 33.2.0726883-2 (“Bureau Veritas”), en este acto representada por su Director General, el Señor **Eduardo Gomes Camargo**, brasileño, casado, ingeniero, titular del documento de identidad nº 86.1.00067-7, expedido por el CREA-RJ[CONSEJO REGIONAL DE INGENIERÍA Y AGRONOMÍA-DEPARTAMENTO DE RIO DE JANEIRO], inscrito en el CPF/MF bajo el nº 883.220.927-68, residente y domiciliado en la Rua Carlos Góis nº 90, apto 601, Leblon, CEP 22440-040, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro; y

BVQI DO BRASIL SOCIEDADE E CERTIFICADORA LTDA., sociedad limitada, de naturaleza empresarial, con sede en la Rua Joaquim Palhares nº 40, Edificio Torre Sul, 7º piso (parte), Cidade Nova, CEP 202060[SIC]-080, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 72.368.012/0001-84, con su contrato social archivado en la JUCERJ bajo el NIRE nº 33.2.976.4186-0 (“BVQI”), en este acto representada por su administrador, el Sr. **Sandro de Luca Jorge**, brasileño, casado, administrador, titular del documento de identidad nº 07761589-6, expedida por el IFP[INSTITUTO FÉLIX PACHECO]-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el nº 078.925.187-62, residente y domiciliado en la Rua Uruguai nº 527, apto 101, Tijuca, CEP 20510-060, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro;

tienen entre sí justo y contratado alterar el Contrato Social de la Sociedad mediante los siguientes términos y condiciones:

I. CESACIÓN Y TRANSFERENCIA DE CUOTAS

1.1 En este acto y en la mejor forma de derecho, el socio José Carlos, arriba cualificado, legítimo propietario y poseedor de 10.033.593 (diez millones, treinta y tres mil, quinientas noventa y tres) cuotas representativas del capital social de la Sociedad, totalmente suscritas e pagadas, parte en



JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e interprete Oficial
Español-Portugués / Português-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

moneda corriente nacional, parte en bienes, en el valor nominal de R\$1,00 (un real) cada, en el valor nominal total de R\$10.033.593,00 (diez millones, treinta y tres mil, quinientos noventa y tres reales), retirándose de la Sociedad, cede y transfiere, como de hecho cedido y transferido tiene, de manera irrevocable e irrevocable, por cesión onerosa, (i) 9.531.913 (nueve millones, quinientas treinta y un mil, novecientos y trece) cuotas de su propiedad, con todo lo que ellas representan, totalmente libres y despejadas de cualesquier deudas, cargas o gravámenes de cualquier naturaleza, para Bureau Veritas, arriba cualificada, que ahora ingresa a la Sociedad; y (ii) 501.680 (quinientas y un mil, seiscientos ochenta) cuotas de su propiedad, con todo lo que ellas representan, totalmente libres y despejadas de cualesquier deudas, cargas o gravámenes de cualquier naturaleza, para BVQI, arriba cualificada, que ahora ingresa a la sociedad, todo con el consentimiento expreso, irrevocable e irrevocable del socio Flávio Dezorzi, que en este acto renuncia al derecho de preferencia que merece para adquisición de las referidas cuotas

1.2 En este acto y en la mejor forma de derecho, el socio Flávio Dezorzi, arriba cualificado, legítimo propietario y poseedor de 4.325.386 (cuatro millones, trescientas veinte cinco mil, trescientas ochenta y seis) cuotas representativas del capital social de la Sociedad, totalmente suscritas e pagadas, parte en moneda corriente nacional, parte en bienes, en el valor nominal de R\$1,00 (un real) cada, en el valor nominal total de R\$4.325.386,00 (cuatro millones, trescientos veinticinco mil, trescientos ochenta y seis reales), retirándose de la Sociedad, cede y transfiere, como de hecho cedido y transferido tiene, de manera irrevocable e irrevocable, por cesión onerosa, (i) 4.109.116 (cuatro millones, ciento nueve mil, ciento dieciséis) cuotas de su propiedad, con todo lo que ellas representan, totalmente libres y despejadas de cualesquier deudas, cargas o gravámenes de cualquier naturaleza, para la socia ingresante Bureau Veritas, arriba cualificada; y (ii) 216.270 (doscientas dieciséis mil, doscientas setenta) cuotas de su propiedad, con todo lo que ellas representan, totalmente libres y despejadas de cualesquier deudas, cargas o gravámenes de cualquier naturaleza, para la socia ingresante BVQI, arriba cualificada, todo con el consentimiento, expreso, irrevocable e irrevocable del socio José Carlos, que en este acto renuncia al derecho de preferencia que merece para adquisición de las referidas cuotas.

1.3 Teniendo en cuenta la cesión y transferencia de cuotas ahora realizada, resuelven las socias ingresantes alterar la Cláusula 6ª del Contrato Social de la Sociedad, la cual pasa a ser la Cláusula 3ª, debiendo vigorar con la siguiente nueva redacción:

“CLÁUSULA 3ª – CAPITAL SOCIAL


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Português-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

El Capital Social de la Sociedad es de R\$ 14.358.979,00 (catorce millones, trescientos cincuenta y ocho mil, novecientos setenta y nueve reales), dividido en 14.358.979 (catorce millones, trescientos cincuenta y ocho mil, novecientos sesenta y nueve) cuotas, con valor nominal de R\$1,00 (un real) cada, totalmente suscritas y pagadas, parte en bienes, parte en moneda corriente nacional, las cuales se encuentran distribuidas entre las socias de la siguiente forma:

Socio	Cuotas	Valor Nominal
Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora Ltda.	13.641.029	R\$13.641.029,00
BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.	717.950	R\$717.950,00
Total	14.358.979	R\$14.358.979,00

Párrafo 1º - La responsabilidad de cada socio es restricta al valor de sus cuotas; sin embargo, todas responden solidariamente por el pago del Capital Social.


Párrafo 2º - Cada cuota conferirá a su titular el derecho a un voto en las deliberaciones de las socias.

Párrafo 3º - Las cuotas suscritas en los aumentos de capital podrán ser realizadas en moneda corriente en el País o en cualquier especie de bien susceptible de evaluación en dinero, dentro del plazo deliberado por las socias.”

II. RENUNCIA Y ELECCIÓN DE ADMINISTRADORES

2.1 Frente a la cesión y transferencia de cuotas ahora deliberada, los Señores José Carlos y Flávio Dezorzi, arriba cualificados, presentaron cartas de renuncia a los respectivos cargos de administradores de la Sociedad, las cuales fueron recibidas, apreciadas y aceptadas por las socias ingresantes Bureau Veritas y BVQI, arriba cualificadas. La Sociedad confiere, en este acto, la más plena, clara, general, irrevocable e irrevocable quitación con relación a los servicios prestados por los administradores a la Sociedad, para más nada reclamar, en cualquier tiempo, título o pretexto, con relación a tales servicios, excepto en caso de fraude o dolo. Además, para que no haya dudas, la presente quitación no abarca cualquier responsabilidad asumida por los Señores José Carlos y Flávio Dezorzi, en la calidad de vendedores de las cuotas de la Sociedad en el ámbito del respectivo contrato de compra y venta de cuotas.

2.2 Teniendo en cuenta la renuncia de los Señores José Carlos y Flávio Dezorzi al cargo de administradores de la Sociedad, las socias ingresantes resuelven, por unanimidad de votos, elegir


JESSICA CARISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Português-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia


(i) al **Sr. Eduardo Gomes Camargo**, brasileño, casado, ingeniero, titular del documento de identidad n° 86-1-00067-7, expedida por CREA-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el n° 883.220.927-68, residente y domiciliado en la Rua Carlos Góis n° 90, apto. 601, Leblon, CEP 22440-040, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director General, (ii) al **Sr. Sandro de Luca Jorge**, brasileño, casado, administrador, titular del documento de identidad n° 07761589-6, expedido por el IFP-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el n° 078.925.187-62, residente y domiciliado en la Rua Uruguai n° 527, apto 101, Tijuca CEP 20510-060, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director, y (iii) al **Sr. Sidney Campos da Silva Junior**, brasileño, divorciado, ingeniero mecánico, titular de la cédula de identidad 11152292-6, inscrito en el CREA bajo el n° 182423 (CREA Nacional 200802381-8) y en el CPF/MF bajo el n° 076088067-02, residente y domiciliado en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São Paulo, con oficina en la Avenida Ibirapuera n° 2534, Conjunto 1801, Moema, el cual podrá utilizar el título de Director.

2.3 Los administradores ahora elegidos en este acto declaran, para todos los fines de derecho, que no están impedidos de ejercer la administración de la Sociedad por ley especial o por condenación criminal que vede, aun que temporalmente, el acceso a cargos públicos, por crimen de quiebra, de prevaricación, cohecho o soborno, concusión, peculado, o, aun, por crimen contra la economía popular, contra el sistema financiero nacional, contra normas de defensa de la competencia, contra las relaciones de consumo, fe pública, o la propiedad, en los términos del artículo 1.011, § 1° del Código Civil.

2.4 Teniendo en cuenta las deliberaciones contenidas en los ítems 2.1 y 2.2 arriba, así como otras alteraciones a ser implementadas con relación a la administración de la Sociedad, las socias resuelven, por unanimidad de votos, alterar la Cláusula 8ª del Contrato Social que pasa a ser la Cláusula 5ª, así como revocar las Cláusulas 9ª y 10ª del Contrato Social, promoviéndose la reenumeración de las demás cláusulas del Contrato Social, pasando la referida Cláusula 8ª (nueva Cláusula 5ª) a vigorar con la siguiente nueva redacción:

“CLÁUSULA 5ª – ADMINISTRACIÓN

La administración de la Sociedad cabrá a uno o más Administrador(es), con la denominación que le(s) sea atribuida en la designación, el(los) cual(es) deberá(n) ser persona(s) natural(es), socia(s)-cuotista(s) o no, residente(s) y domiciliado(s) en Brasil. El(los) administradores deberá(n) ser asignado(s) por las socias en este Contrato Social.


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

Párrafo 1º - La administración de la Sociedad, en general, comprendiendo el movimiento bancario y el uso del nombre empresarial, cabrá, en conjunto o aisladamente, a los Señores **Eduardo Gomes Camargo**, brasileño, casado, ingeniero, titular de la cédula de identidad nº 86.1.00067-7, expedida por CREA-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el nº 883.220.927-68, residente y domiciliado en la Rua Carlos Góis nº 90, apto 601, Leblon, CEP 22440-040, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director General, **Sandro de Luca Jorge**, brasileño, casado, administrador, titular de la cédula de identidad nº 07761589-6, expedida por el IFP-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el nº 078.925.187-62, residente y domiciliado en la Rua Uruguai, nº 527, apto 101, Tijuca, CEP 20510-060, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director, y **Sidney Campos da Silva Junior**, brasileño, divorciado, ingeniero mecánico, titular de la cédula de identidad 11152292-6, inscrito en el CREA bajo el nº 182423 (CREA Nacional 200802381-8) y el en CPF/MF bajo el nº 076088067-02, residente y domiciliado en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São Paulo, con oficina en la Avenida Ibirapuera nº 2534, Conjunto 1801, Moema, el cual podrá utilizar el título de Director.

Párrafo 2º - Queda vedada la práctica de actos en actividades ajenas al interés social o la asunción de obligaciones, sea en favor de socias o de terceros, así como la carga o enajenación de bienes inmuebles de la Sociedad, sin la autorización de las socias.

Párrafo 3º - El nombramiento de apoderados dependerá de la firma de 01 (un) Administrador, siendo que los respectivos instrumentos de mandato deberán indicar expresamente los poderes conferidos y no podrán exceder al periodo de 12 (doce) meses, excepto si expresamente autorizado por las socias.

Párrafo 4º - Los Administradores tendrán derecho a un retiro mensual a título de pro-labore en valor a ser fijado de común acuerdo entre las socias.”

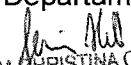
III. REFORMA Y CONSOLIDACIÓN DEL CONTRATO SOCIAL

3.1 Por fin, deciden las socias, por unanimidad y sin reservas, reformular y consolidar el Contrato Social de la Sociedad, que pasará a vigorar con la siguiente nueva redacción:

“CONTRATO SOCIAL DE SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.

CLÁUSULA 1ª – DENOMINACIÓN, SEDE Y FORO

La sociedad limitada, de naturaleza simple, girará bajo la denominación **SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.**, y tendrá sede y foro en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Espanol-Português / Português-Espanol
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia


Paulo, en la Avenida Angélica nº 2546, 14º, 15º y 16º pisos, Consolação, CEP 01228-200; y filiales en las siguientes localidades:

- (i) Filial ubicada en la Av. Carlota Joaquina nº 180, 2º piso, Oficina 15, Parque 10 de Novembro, en la Ciudad de Manaus, Departamento de Amazonas, CEP 69.055-011, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 50.861.616/0009-82, la cual tiene el mismo objeto de la Matriz de la Sociedad y capital destacado de R\$10.000,00 (diez mil reales);
- (ii) Filial ubicada en la Rua Princesa Isabel nº 373, 1º piso, Oficina 13, Zona 4, en la Ciudad de Maringá, Departamento de Paraná, CEP 69900-090, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 50.861.616/0010-16, la cual tiene el mismo objeto de la Matriz de la Sociedad y capital destacado de R\$10.000,00 (diez mil reales); y
- (iii) Filial ubicada en la Rua Floriano Peixoto, nº 1135, Centro, en la Ciudad de Rio Branco, Departamento de Acre, CEP 87014-090, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 50.861.616/0011-05, la cual tiene el mismo objeto de la Matriz de la Sociedad y capital destacado de R\$10.000,00 (diez mil reales).

Párrafo Único – La Sociedad podrá, en cualquier momento, abrir y cerrar filiales oficinas, agencias u otras dependencias, en Brasil o en el exterior, mediante alteración al Contrato Social, observadas las disposiciones previstas en la legislación aplicable.

CLÁUSULA 2ª – OBJETO SOCIAL

El objeto de la Sociedad, que es simple en la forma limitada, tiene por objeto y finalidad, siempre bajo la responsabilidad de sus socias y de profesionales especializados en cada modalidad específica, debidamente registrados en el Consejo Regional de Ingeniería y Agronomía del Departamento de São Paulo – CREA u otros consejos de su respectivo Departamento, la prestación de servicios profesionales de proyectos, planes directores, estudios de viabilidad técnico-económicos, gerencia, supervisión y fiscalización de obras, control tecnológico de materiales y servicios de topografía y agrimensura, geotécnica, verificación y monitoreo técnico y remoto para control de obras de ingeniería, estructuras, construcciones, edificaciones, obras de arte, obras de hidráulica, mecánica de suelos, geología, minas y demás actividades pertinentes a la consultoría, en el país y en el extranjero, en el campo de la ingeniería consultiva en general en las siguientes áreas: Edificaciones: Habitacionales, Comerciales, Educativas, Salud, Deportivas, Ocio, Culturales, Plantas Industriales, Públicas y Privadas en general y otros; Hidráulica, Saneamiento y Medio Ambiente; Transporte Vial, Metro-Ferroviario, Fluvial, Marítimo,


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Espanol-Portugués / Portugués-Espanol
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

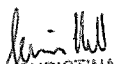
Puertos, Aeropuertos, Sistema Vial Urbano, Puentes y Viaductos; Electrónica, Telecomunicaciones, Automatización y Control; Hidroeléctricas, Termoeléctrica, Presas, Irrigación y Drenaje, Canalizaciones, Generación, Trasmisión y Distribución de Energía, Ingeniería consultiva en la implantación de emprendimientos de Etanol, Petróleo y Gas; Unidades Industriales en general; Alcohoductos, Gasoductos, actuando en las especialidades de la Ingeniería Civil; Ingeniería Eléctrica, Ingeniería Naval, Ingeniería Mecánica, Ingeniería de Suelos, Geología, Geotécnica y Mecánica de Suelos; Servicios de Evaluación; Arquitectura y Urbanismo; Servicios de Administración; Servicios de regularización de emprendimientos, siempre bajo la responsabilidad de profesionales legalmente registrados en los respectivos Consejos y Entidades legalmente constituidas; Locación de: vehículos propios, equipos en general y de instrumentación para ingeniería, hardware y software; Licencia de programas de computación y/o cesión de derecho de uso de programas de computación.

Párrafo Único – Para la consecución de su objeto social, la Sociedad se obliga a mantener, siempre, como responsables y encargados técnicos por los servicios de ingeniería, en las diversas especialidades, profesionales diplomados, legalmente habilitados y debidamente registrados en el Consejo Regional de Ingeniería y Agronomía del Departamento de São Paulo – CREA, los cuales actuarán, siempre con plena autonomía profesional. La Sociedad también se obliga a observar y cumplir todas las disposiciones legales y demás preceptos atinentes, emanados por el Consejo Federal de Ingeniería y Agronomía – CONFEA, necesario para su funcionamiento legal.

CLÁUSULA 3ª – CAPITAL SOCIAL

El Capital Social de la Sociedad es de R\$ 14.358.979,00 (catorce millones, trescientos cincuenta y ocho mil, novecientos setenta y nueve reales), dividido en 14.358.979 (catorce millones, trescientos cincuenta y ocho mil, novecientos setenta y nueve) cuotas, con valor nominal de R\$1,00 (un real) cada, totalmente suscritas y pagadas, parte en bienes, parte en moneda corriente nacional, las cuales se encuentran distribuidas entre las socias de la siguiente forma:

Socio	Cuotas	Valor Nominal
<i>Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora Ltda.</i>	13.641.029	R\$13.641.029,00
<i>BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.</i>	717.950	R\$717.950,00
Total	14.358.979	R\$14.358.979,00


 JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
 Traductora e Interprete Oficial
 Español-Portugués / Português-Español
 Cert. Idoneidad Profesional No.0307
 Universidad Nacional de Colombia

Párrafo 1º - La responsabilidad de cada socio es restricta al valor de sus cuotas; sin embargo, todas responden solidariamente por el pago del Capital Social.

Párrafo 2º - Cada cuota conferirá a su titular el derecho a un voto en las deliberaciones de las socias.

Párrafo 3º - Las cuotas suscritas en los aumentos de capital podrán ser realizadas en moneda corriente en el País o en cualquier especie de bien susceptible de evaluación en dinero, dentro del plazo deliberado por las socias.

CLÁUSULA 4ª – DURACIÓN


El plazo de duración de la Sociedad es indeterminado.

CLÁUSULA 5ª – ADMINISTRACIÓN

La administración de la Sociedad cabrá a uno o más Administrador(es), con la denominación que le(s) sea atribuida en la designación, el(los) cual(es) deberá(n) ser persona(s) natural(es), socia(s)-cuotista(s) o no, residente(s) y domiciliado(s) en Brasil. El(los) administradores deberá(n) ser asignado(s) por las socias en este Contrato Social.

Párrafo 1º - La administración de la Sociedad, en general, comprendiendo el movimiento bancario y el uso del nombre empresarial, cabrá, en conjunto o aisladamente, a los Señores **Eduardo Gomes Camargo**, brasileño, casado, ingeniero, titular de la cédula de identidad n° 86.1.00067-7, expedida por CREA-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el n° 883.220.927-68, residente y domiciliado en la Rua Carlos Góis n° 90, apto 601, Leblon, CEP 22440-040, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director General, **Sandro de Luca Jorge**, brasileño, casado, administrador, titular de la cédula de identidad n° 07761589-6, expedida por el IFP-RJ, inscrito en el CPF/MF bajo el n° 078.925.187-62, residente y domiciliado en la Rua Uruguai n° 527, apto 101, Tijuca, CEP 20510-060, en la Ciudad y Departamento de Rio de Janeiro, el cual podrá utilizar el título de Director, y **Sidney Campos da Silva Junior**, brasileño, divorciado, ingeniero mecánico, titular de la cédula de identidad 11152292-6, inscrito en el CREA bajo el n° 182423 (CREA Nacional 200802381-8) y el en CPF/MF bajo el n° 076088067-02, residente y domiciliado en la Ciudad de São Paulo, Departamento de São Paulo, con oficina en la Avenida Ibirapuera n° 2534, Conjunto 1801, Moema, el cual podrá utilizar el título de Director.

Párrafo 2º - Queda vedada la práctica de actos en actividades ajenas al interés social o la asunción de obligaciones, sea en favor de socias o de terceros, así como la carga o enajenación de bienes inmuebles de la Sociedad, sin la autorización de las socias.


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

Párrafo 3º - El nombramiento de apoderados dependerá de la firma de 01 (un) Administrador, siendo que los respectivos instrumentos de mandato deberán indicar expresamente los poderes conferidos y no podrán exceder al periodo de 12 (doce) meses, excepto si expresamente autorizado por las socias.

Párrafo 4º - Los Administradores tendrán derecho a un retiro mensual a título de pro-labore en valor a ser fijado de común acuerdo entre las socias.

CLÁUSULA 6ª – REUNIÓN DE SOCIOS

Las deliberaciones de las socias, cuando exigidas en virtud de la ley o por este Contrato Social deberán ser tomadas en reunión, las cuales deberán ser convocadas por escrito, por cualquier socia, o por el(los) administrador(es), siendo de su competencia exclusiva deliberar sobre:

- (a) La aprobación de las cuentas de la administración;
- (b) La fijación de remuneración del(de los) Administrador(es);
- (c) La modificación del Contrato Social;
- (d) La incorporación, fusión y la disolución de la Sociedad, o la cesación del estado de liquidación;
- (e) El nombramiento y destitución de los liquidadores y el parecer de sus cuentas;
- (f) El pedido de recuperación judicial o extrajudicial de la Sociedad;
- (g) La aprobación de los estados financieros de la Sociedad, comprendiendo el inventario, el balance patrimonial y el balance de resultado económico, y la destinación de la ganancia neta del ejercicio, incluso respecto a la distribución, a las socias, de la ganancia neta ajustada en razón de las reservas de ganancias que sean constituidas;
- (h) La apertura y cierre de filiales;
- (i) La constitución de subsidiarias;
- (j) La adquisición de participación societaria en sociedad de cualquier naturaleza, existente o a ser constituida, incluso la firma de contratos de confidencialidad y cualesquier otros contratos u obligaciones relacionadas a tales operaciones;
- (k) La celebración de instrumentos de cooperación con otras sociedades no conectadas al Grupo Bureau Veritas, como contratos de cooperación y de alianza operacionales;
- (l) La contratación, promoción, demisión, revisión salarial y concesión de bonos a empleados que se reporten directamente al Director General de la Sociedad;


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia


- (m) La venta de bienes del activo, con excepción de aquellos clasificados como "muebles y equipos" cuyos valores contables sean inferiores a US\$20.000,00 (veinte mil dólares estadounidenses) o su correspondiente en moneda corriente nacional;
- (n) La venta o hipoteca de bienes inmuebles;
- (o) La apertura y cierre de cuentas corrientes bancarias;
- (p) Cualesquier pedidos de préstamo y crédito;
- (q) La realización o recibimiento de depósito en garantía, bien en prenda u otra garantía, incluso garantías bancarias y garantías relativas a ventas y clientes, de valor superior a US\$100.000,00 (cien mil dólares estadounidenses) o el equivalente en moneda corriente nacional;
- (r) La realización o recibimiento de depósito en garantía, bien en prenda u otra garantía, incluso garantías bancarias, en favor de autoridades fiscales o aduaneras, cuyos valores excedan US\$76.224,00 (setenta y seis mil doscientos veinticuatro dólares estadounidenses) o el equivalente en moneda corriente nacional
- (s) La celebración de contratos de leasing por plazo superior a 1 (un) año; y
- (t) Manifestarse, previamente, sobre la distribución de dividendos intermediarios a la cuenta de ganancias calculadas en balances semestrales o referentes a periodos menores, así como la cuenta de ganancias acumuladas o de reservas de ganancias existentes en el último balance anual o semestral de la Sociedad.

Párrafo 1º - Las reuniones de las socias se instalarán, en cualquier convocación, con la presencia de socias titulares de la mayoría del capital social. Resguardadas las excepciones que prevé la ley y este Contrato Social, se tomarán las deliberaciones por mayoría de los votos presentes, no computándose los votos en blanco.

Párrafo 2º - Las socias desde ya estipulan que:

- (a) La materia prevista en la letra (h) de esta Cláusula requiere aprobación de socias representantes del 75% (setenta y cinco por ciento) del capital social de la Sociedad; y
- (b) Las materias relacionadas en las letras (i) hasta (t), de esta Cláusula, necesitan aprobación de socias representantes de la mayoría del capital social de la Sociedad.

Párrafo 3º - Las socias podrán ser representadas en las reuniones por apoderado que sea socia, administrador de la Sociedad o abogado, mediante instrumento de mandato, el cual podrá otorgar poderes de representación para la toma de cualesquier deliberaciones y la práctica de cualesquier actos, en todas las reuniones de socias y en las alteraciones contractuales decurrentes, en su caso, u otorgar poderes de representación específicos para la toma de deliberaciones y la práctica


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español 1
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

de actos ciertos y determinados, quedando tales condiciones y el plazo del mandato a criterio del otorgante.

Párrafo 4º - La reunión será presidida y secretariada por cualquiera de las socias elegidas entre los presentes. Las deliberaciones tomadas en reunión de socias se registrarán en acta firmada por las socias presentes o por sus representantes, siendo suficiente su firma por cuantas basten para constituir el quórum necesario para validez de las deliberaciones, dispensada su extensión en libro de actas.

Párrafo 5º - La reunión se hará dispensable cuando todas las socias decidan, por escrito, sobre la materia que sería objeto de la misma.

CLÁUSULA 7ª – CESIÓN Y TRANSFERENCIA DE CUOTAS

La socia que desee ceder o transferir sus cuotas no podrá hacerlo sin la previa y expresa aprobación de las demás socias, las cuales tendrán el derecho de preferencia para adquirir, en todo o en parte, las referidas cuotas y, aun, indicar tercero o terceros para adquirir el total o parte de las mismas.


CLÁUSULA 8ª – DISOLUCIÓN DE SOCIA

En caso de disolución de una de las socias, se procederá a un balance dentro de los 60 (sesenta) días a partir de la fecha del evento, siendo pagados los haberes de los respectivos sucesores, si los mismos no deseen seguir en la Sociedad, dentro del plazo de 24 (veinticuatro) meses, en cuotas mensuales, iguales y sucesivas.

CLÁUSULA 9ª – EXCLUSIÓN DE SOCIOS

En la hipótesis de que socias representativas de la mayoría del capital social entiendan que una o más socias están colocando en riesgo la continuidad de la Sociedad, en virtud de actos de innegable gravedad, las mismas podrán excluirla(s) de la Sociedad, mediante deliberación en reunión especialmente convocada para ese fin, observado el quórum, y desde que se dé ciencia al(a los) acusado(s) de referida reunión, de modo a permitir que comparezca(n) a la misma y ejerza(n) su derecho de defensa, sin que tal exclusión implique en la disolución o liquidación de la Sociedad, que seguirá con la socia remanente y tercero(s) por él indicado(s), calculado con base en el último balance general de la Sociedad.

CLÁUSULA 10º - EJERCICIO SOCIAL


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Intérprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

El ejercicio social tendrá inicio el 1^{er} de enero y terminará el 31 de diciembre de cada año, cuando deberán ser elaborados los estados financieros de la Sociedad, comprendiendo el inventario, el balance patrimonial y el balance de resultado económico.

Párrafo 1º - El parecer sobre los estados financieros de que trata el *caput* de esta Cláusula y la deliberación sobre la destinación de la ganancia neta del ejercicio, incluso en cuanto a su participación en la ganancia neta ajustada en razón de las reservas de ganancias que sean constituidas, se realizará en los 4 (cuatro) meses siguientes al término del ejercicio social, siendo cierto que los documentos referidos en el *caput* deberán estar disponibles para las socias que no ejercen la administración de la Sociedad, en mínimo 30 (treinta) días antes de la fecha establecida para la reunión en que tales documentos serán apreciados.

Párrafo 2º - La Sociedad podrá, a criterio de las socias, levantar estados financieros semestrales o referentes a periodos menores.

Párrafo 3º - Podrá el Administrador, mediante previa manifestación de las socias, en los términos de la letra (t) de la Cláusula Sexta arriba, distribuir dividendos intermediarios a la cuenta de ganancias calculadas en balances semestrales o referentes a periodos menores, así como a la cuenta de ganancias acumuladas o de reservas de ganancias existentes en el último balance anual semestral de la Sociedad.

Párrafo 4º - Salvo deliberación en contrario, las socias participarán de las ganancias o pérdidas calculadas en la proporción de sus cuotas.

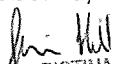
CLÁUSULA 11ª – LEGISLACIÓN APLICABLE Y FORO

La Sociedad se regulará por el presente Contrato Social y legislación aplicable.

Párrafo Único – Las socias eligen el foro del Municipio de São Paulo para dirimir todas y cualesquier cuestiones relacionadas con el presente Contrato Social, renunciando a cualquier otro, por más privilegiado que sea.

CLÁUSULA 12ª – DISPOSICIONES ADICIONALES

Los Administradores, nombrados en los términos del Párrafo Primero de la Cláusula Quinta de este Contrato Social, declaran, bajo las penas de la ley, que no se encuentran impedidos de ejercer la administración de la Sociedad por fuerza de la ley especial, que no están condenados o se encuentran bajo efectos de condenación a pena que vede, aun que temporalmente, el acceso a cargos públicos; o por crimen de quiebra, de prevaricación, cohecho o soborno, concusión,


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e interprete Oficial
Español-Portugués / Portugués-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

peculado; o contra la economía popular, contra el sistema financiero nacional, contra las normas de defensa de la competencia, contra las relaciones de consumo, la fe pública o la propiedad.

Y, por estar así justos y contratados, las Partes firman la presente 50ª Alteración y Consolidación del Contrato Social de *Sistema Pri Engenharia Ltda.* en 4 (cuatro) ejemplares de igual tenor, en la presencia de los 2 (dos) testigos que subscriben.

São Paulo, 18 de julio de 2014.

(continuación de las firmas en la próxima página)

(continuación de las firmas)

Socios que se Retiran y Administradores Renunciantes:

[FIRMA ILEGIBLE]

JOSÉ CARLOS TEANI BARBOSA

[SELLO INDICATIVO NOTARÍA 7]

[FIRMA ILEGIBLE]

FLÁVIO DEZORZI

[SELLO INDICATIVO NOTARÍA 7]

[FIRMA ILEGIBLE]

BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA.

Por: **Eduardo Gomes Camargo**

Cargo: **Director General**

[SELLO INDICATIVO - NOTARÍA 10]

[FIRMA ILEGIBLE]

BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA.

Por: **Sandro de Luca Jorge**

Cargo: **Administrador**

[SELLO INDICATIVO – NOTARÍA 30]

Administradores Elegidos:

[FIRMA ILEGIBLE]

Eduardo Gomes Camargo

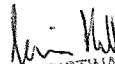
Director General

[FIRMA ILEGIBLE]

Sandro de Luca Jorge

Director

[SELLO INDICATIVO – NOTARÍA 30]


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Espanol-Portugues / Portugues-Espanol
Cert. Idoneidad Profesional No. 02074
Universidad Nacional de Colombia

[FIRMA ILEGIBLE]

Sidney Campos da Silva Junior

Director

[SELLO INDICATIVO - NOTARIA 7]

Testigos:

1. [FIRMA ILEGIBLE]

Nombre: Ari Tadeu Vicentin

RG[REGISTRO GENERAL]: 8.339.507-9-SSP/SP

CPF/MF: 996.622.998-15

2. [FIRMA ILEGIBLE]

Nombre: [EN BLANCO]

RG: 86720[SEMILEGIBLE]-SSP/DF

CPF/MF: 851.530.107-59

[AL RESPALDO]

- ETIQUETA DE LA NOTARÍA 7 DE SÃO PAULO RECONOCIENDO POR SIMILITUD LAS FIRMAS DE JOSÉ CARLOS TEANI BARBOSA, FLAVIO DEZORZI Y SIDNEY CAMPOS DA SILVA JUNIOR. 14/10/2014. FIRMA ILEGIBLE Y SELLO DE WANDERSON MACHADO PEREIRA, ESCRIBANO. ESTAMPILLAS DE FISCALIZACIÓN DEL COLEGIO NOTARIAL DE BRASIL N° 1034AA317522, 1034AA017549 Y 1034AA317548. SELLO CIRCULAR DE LA NOTARÍA.


- ETIQUETA DE LA NOTARÍA 30 DE SÃO PAULO RECONOCIENDO POR SIMILITUD LA FIRMA DE SANDRO DE LUCA JORGE. 14/10/2014. FIRMA ILEGIBLE DE CRISTIANO GUERREIRO CARDOSO, ESCRIBANO. ESTAMPILLAS DE FISCALIZACIÓN DEL COLEGIO NOTARIAL DE BRASIL N° 1063AC059591 Y 1063AC059592. FIRMA ILEGIBLE Y SELLO DE CRISTIANO GUERREIRO CARDOSO.

- ETIQUETA DE LA NOTARÍA 10 DE SÃO PAULO RECONOCIENDO POR SIMILITUD LA FIRMA DE EDUARDO GOMES CAMARGO. 14/10/2014. FIRMA ILEGIBLE DE CLAUDIA INACIO DE SOUZA, ESCRIBANA. ESTAMPILLA DE FISCALIZACIÓN DEL COLEGIO NOTARIAL DE BRASIL N° 1033AA840401. SELLO CIRCULAR DE LA NOTARÍA.

- SELLO DEL 4º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULO Y DOCUMENTOS Y CIVIL DE LA PERSONA JURÍDICA DE LA CAPITAL, INDICANDO RADICADO Y EMOLUMENTOS. 08/12/2014. FIRMA DE IVANILDO JOSÉ DA ROCHA, ESCRIBANO.

[CONSTA EN TODAS LAS PÁGINAS DEL DOCUMENTO:]

- RUBRICAS, EXCEPTO EN LA PÁGINA DE FIRMAS.


JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
Traductora e Interprete Oficial
Español-Portugués / Português-Español
Cert. Idoneidad Profesional No.0307
Universidad Nacional de Colombia

- SELLO DEL 4º REGISTRO DE PERSONAS JURÍDICAS INDICANDO EL NÚMERO DE RADICADO DEL MICROFILM (634.148). 08/12/2014.
- SELLO DEL 4º REGISTRO DE PERSONAS JURÍDICAS INDICANDO PRENOTADO.
- SELLO DEL CONSEJO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO DEL DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO.
- SELLO DEL CONSEJO REGIONAL DE ADMINISTRACIÓN DEL DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO.
- SELLO INDICANDO EN DONDE FUE EXTRAÍDA ESTA COPIA DEL ORIGINAL.
- SELLO DE AUTENTICACIÓN DE LA NOTARÍA 7 DE SÃO PAULO, CERTIFICANDO QUE LA PRESENTE ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL. RESPECTIVAS ESTAMPILLAS DEL COLEGIO NOTARIAL DE BRASIL. FIRMA ILEGIBLE. SELLO CIRCULAR DE LA NOTARÍA.

[CONSTA AL RESPALDO DE TODAS LAS PÁGINAS DEL DOCUMENTO:]


- SELLO DEL 4º REGISTRO DE PERSONAS JURÍDICAS INDICANDO EL NÚMERO DE RADICADO DEL MICROFILM (634.148). 08/12/2014.
- SELLO DEL CONSEJO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO DEL DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO.
- SELLO CREA/SP.
- SELLO DE AUTENTICACIÓN DE LA NOTARÍA 7 DE SÃO PAULO, CERTIFICANDO QUE LA PRESENTE ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL. RESPECTIVAS ESTAMPILLAS DEL COLEGIO NOTARIAL DE BRASIL. FIRMA ILEGIBLE. SELLO CIRCULAR DE LA NOTARÍA.

[CONSTA EN HOJA OFICIAL DE LA CANCELLERÍA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE COLOMBIA, PEGADA AL RESPALDO DE LA ÚLTIMA PÁGINA Y A ELLA UNIDA MEDIANTE DOS SELLOS CIRCULARES DEL CONSULADO GENERAL DE COLOMBIA EN SÃO PAULO:]

- ETIQUETA DEL CONSULADO GENERAL DE COLOMBIA EN SÃO PAULO RECONOCIENDO LA FIRMA/FUNCIONES DE MONICA MARINHO DE ALBUQUERQUE. 10/03/2015. FIRMA DIGITAL ILEGIBLE DE ANA MARÍA CRISTANCHO ROCHA, VICECÓNSUL. CÓDIGO DE VERIFICACIÓN: AFPDK81154484 – <http://verificacion.cancilleria.gov.co>.

Era todo cuanto contenía el documento que me fue presentado para traducción. Es una traducción fiel y completa.

Bogotá, 20 de marzo de 2015.


 JESSICA CHRISTINA C. S. HELD
 Traductora e intérprete Oficial
 Español-Portugués / Português-Español
 Cert. Idoneidad Profesional No.0307
 Universidad Nacional de Colombia